

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 542.345 - PR (2019/0322652-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
LUIS GUSTAVO FAGUNDES PURGATO - SP293114
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARCELO CALEGARI DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, sem pedido liminar, impetrado em favor de MARCELO CALEGARI DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento da Apelação Criminal n. 0010274-88.2016.8.16.0083.

Consta dos autos que o paciente foi absolvido, em primeiro grau de jurisdição, da imputação tipificada no **art. 155, § 4º, IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal**, com espeque no art. 386, III, do Código de Processo Penal (e-STJ, fls. 17/21).

Irresignado, o *Parquet* estadual apelou e o Tribunal paranaense deu provimento ao recurso para condenar o apelado às penas de 1 ano, 6 meses e 20 dias de reclusão, e 8 dias-multa, em regime inicial aberto, substituída a reprimenda por duas penas restritivas de direitos (e-STJ, fls. 9/16), em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL - ART. 155, IV E ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL-SENTENÇA ABSOLUTÓRIA - PLEITO MINISTERIAL PELA CONDENAÇÃO DO RÉU NO CRIME DESCRITO NA INCOATIVA - INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - PREÇO DA RES FURTIVA SUPERIOR A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS - CRIME PRATICADO EM CONCURSO DE AGENTES - DESVALOR DA CONDUTA - RECURSO A QUE SE CONHECE E DÁ-SE PROVIMENTO, COM COMUNICAÇÃO A MAGISTRADA.

Superior Tribunal de Justiça

No presente *writ* (e-STJ, fls. 3/8), a impetrante afirma que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, na medida em que o condenou por conduta materialmente atípica, decorrente *da aplicação do princípio da insignificância, em virtude da avaliação da res furtiva no valor equivalente a R\$ 215,00, cujos bens foram integralmente restituídos à vítima* (e-STJ, fl. 3).

Assevera, ainda, que *o crime perpetrado (furto de valor inferior, ínfimo), devido à sua insignificância, não pode alcançar relevância no mundo jurídico, sendo de todo desproporcional a aplicação da pena abstratamente prevista ao delito em face do caso concreto* (e-STJ, fl. 7).

Diante disso, requer a absolvição do paciente em razão da atipicidade da conduta, decorrente da aplicação do princípio da insignificância.

Suficientemente instruídos os autos, foi dispensado o envio de informações, e o Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ, fls. 37/41, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado, busca a impetrante, em síntese, a absolvição do paciente, ao argumento de que sua conduta – furto qualificado pelo concurso de agentes, na forma tentada, de 4 unidades de roupas infantis diversas, avaliadas em R\$ 215,00 – seria atípica, ante a aplicação do princípio da insignificância.

No tocante à almejada aplicação do princípio da insignificância aos fatos assestados ao paciente tem-se que a admissão da ocorrência de um crime de bagatela reflete o entendimento de que o Direito Penal deve intervir somente nos casos em que a conduta ocasionar lesão jurídica de certa gravidade, devendo

ser reconhecida a atipicidade material de perturbações jurídicas mínimas ou leves, estas consideradas não só no seu sentido econômico, mas também em função do grau de afetação da ordem social que ocasionem.

Veja-se, sobre o tema, a lição de Cezar Roberto Bittencourt:

O princípio da insignificância foi cunhado pela primeira vez por Claus Roxin, em 1964, que voltou a repeti-lo em sua obra Política Criminal y Sistema del Derecho Penal, partindo do velho adágio latino minima non curat praetor.

A tipicidade penal exige uma ofensa de alguma gravidade a bens jurídicos protegidos, pois nem sempre qualquer ofensa a esses bens ou interesses é suficiente para configurar o injusto típico. Segundo esse princípio, que Klaus Tiedemann chamou de princípio de bagatela, é imperativa uma efetiva proporcionalidade entre a gravidade da conduta que se pretende punir e a drasticidade da intervenção estatal. Amiúde, condutas que se amoldam a determinado tipo penal, sob o ponto de vista formal, não apresentam nenhuma relevância material. Nessas circunstâncias, pode-se afastar liminarmente a tipicidade penal porque em verdade o bem jurídico não chegou a ser lesado.

(...)

Assim, a irrelevância ou insignificância de determinada conduta deve ser aferida não apenas em relação à importância do bem juridicamente atingido, mas especialmente em razão ao grau de sua intensidade, isto é, pela extensão da lesão produzida, como por exemplo, nas palavras de Roxin, 'mau-trato não é qualquer tipo de lesão à integridade corporal, mas somente uma lesão relevante; uma forma delitiva de injúria é só a lesão grave a pretensão social de respeito. Como força deve ser considerada unicamente um obstáculo de certa importância, igualmente também a ameaça deve ser sensível para ultrapassar o umbral da criminalidade'.

Concluindo, a insignificância da ofensa afasta a tipicidade. Mas essa insignificância só pode ser valorada através da consideração global da ordem jurídica. Como afirma Zaffaroni, "a insignificância só pode surgir à luz da função geral que dá sentido à ordem normativa e, conseqüentemente, a norma em particular, e que nos indica que esses pressupostos estão excluídos de seu âmbito de proibição, o que resulta impossível se estabelecer à simples luz de sua consideração isolada. (Tratado de Direito Penal. Parte Geral 1.

14^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 21/22)

Certo é que o referido princípio jamais pode surgir como elemento gerador de impunidade, mormente em se tratando de crime contra o patrimônio, pouco importando se o valor da *res furtiva* seja de pequena monta, até porque não se pode confundir bem de pequeno valor com o de valor insignificante ou irrisório, já que para aquela primeira situação existe o privilégio insculpido no § 2º do art. 155 do Código Penal.

Nesse sentido, a lição de Luiz Regis Prado:

De acordo com o princípio da insignificância, formulado por Claus Roxin e relacionado com o axioma minima non curat praetor, enquanto manifestação contrária ao uso excessivo da sanção criminal, devem ser tidas como atípicas as ações ou omissões que afetem infimamente a um bem jurídico-penal. A irrelevante lesão do bem jurídico protegido não justifica a imposição de uma pena, devendo excluir-se a tipicidade da conduta em caso de danos de pouca importância.

O princípio da insignificância é tratado pelas modernas teorias da imputação objetiva como critério para a determinação do injusto penal, isto é, como um instrumento para a exclusão da imputação objetiva de resultados.

(...)

De qualquer modo, a restrição típica decorrente da aplicação do princípio da insignificância não deve operar com total falta de critérios, ou derivar de interpretação meramente subjetiva do julgador, mas ao contrário há de ser resultado de uma análise acurada do caso em exame, com o emprego de um ou mais vetores - v. g., valoração sócio-econômica média existente em determinada sociedade - tidos como necessários à determinação do conteúdo da insignificância. Isso do modo mais coerente e equitativo possível, com intuito de afastar eventual lesão ao princípio da segurança jurídica. (Curso de Direito Penal Brasileiro. Volume 1 - Parte Geral - Arts. 1º a 120 - 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 154/155)

Sobre o tema, aliás, a orientação do Supremo Tribunal Federal mostra-se no sentido de que, para a verificação da lesividade mínima da conduta,

apta a torná-la atípica, deve-se levar em consideração os seguintes vetores: **a)** a mínima ofensividade da conduta do agente; **b)** a ausência de periculosidade social da ação; **c)** o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e **d)** a inexpressividade da lesão jurídica provocada, salientando que o Direito Penal não se deve ocupar de condutas que, diante do desvalor do resultado produzido, não representem prejuízo relevante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.

Veja-se:

E M E N T A: PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGITIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL - CONSEQUENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - DELITO DE FURTO SIMPLES, EM SUA MODALIDADE TENTADA (CP, ART. 155, "CAPUT", C/C O ART. 14, II) – "RES FURTIVA" NO VALOR (ÍNFIMO) DE R\$ 70,00 – DOCTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF – "HABEAS CORPUS" DEFERIDO. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL. - O princípio da insignificância – que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado – que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público. O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: "DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR". - O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente

Superior Tribunal de Justiça

necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. (HC n. 106.510, Rel. Ministro JOAQUIM BARBOSA, Relator p/ Acórdão: Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 22/3/2011, DJe de 13/6/2011)

Sob essas premissas, ao julgar o apelo ministerial e rechaçar a aplicação do referido princípio, a Corte estadual consignou que (e-STJ, fl. 13, destaquei):

[...]

Note-se que, in casu, o apelado subtraiu diversas peças de vestuário avaliada em R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais), valor que não pode ser considerado irrisório, já que perfaz mais de 24% (vinte e quatro por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos (R\$ 880,00).

Ainda, é impossível de se considerar o delito como um 'crime insignificante', uma vez que restou demonstrada a ofensa ao bem jurídico, de considerável valor, além do alto grau de reprovabilidade do comportamento do réu, vez que agiu em concurso de agentes, afastando-se de todo a aplicação do princípio da insignificância.

[...]

Por estas razões, dá-se provimento ao recurso para condenar o réu pelo crime previsto no art. 155, § 4º, inciso IV, na forma do art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Pela leitura do recorte acima, verifico que a conclusão da Corte paranaense está em harmonia com a jurisprudência pacífica desta Corte Superior no sentido de que *a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento ou rompimento de obstáculo ou concurso de agentes, caso dos autos, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância* (HC n. 351.207/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 28/6/2016, DJe 1º/8/2016).

Superior Tribunal de Justiça

Ainda nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO E CONCURSO DE AGENTES. NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Consoante entendimento da Suprema Corte, são requisitos para aplicação do princípio da insignificância: "a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social na ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada".

2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a prática do delito de furto qualificado por rompimento de obstáculo e concurso de agentes, caso dos autos, indica a especial reprovabilidade do comportamento, inviabilizando a aplicação do princípio da insignificância.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AResp n. 1.483.202/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 7/11/2019, DJe 19/11/2019)

Ademais, o valor dos bens subtraídos não pode ser tido como de valor inexpressivo ou irrelevante para fins de reconhecimento da atipicidade material da conduta, haja vista equivaler a mais de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos (quase 25%, em 10/8/2016), nos termos da jurisprudência desta Corte de Justiça.

Vejam-se:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA MODALIDADE PRIVILEGIADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356, AMBAS DO STF. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VALOR DA RES FURTIVA. INAPLICABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

[...]

II - A jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que são requisitos para a incidência do princípio da insignificância a mínima ofensividade da conduta do agente, a

Superior Tribunal de Justiça

inexistência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

III - Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que, não se há falar em aplicação do princípio da insignificância quando o valor da res furtivae ultrapassar o montante de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época do fato. Precedentes. (AgInt no HC n. 299.297/MS, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 31/5/2016).

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REso n. 1.825.003/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019)

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. 1. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. 2. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO. 3. VALOR SUPERIOR A 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA. AUSÊNCIA DE INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO. CRIME COMETIDO EM CONCURSO DE AGENTES. DURANTE O REPOUSO NOTURNO MAIOR REPROVABILIDADE. VETORES JURISPRUDENCIAIS NÃO PREENCHIDOS. 4. REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. PEDIDO PREJUDICADO. 5. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

3. O valor dos bens subtraídos é superior a 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos (R\$ 937,00), o que demonstra não se tratar de lesão inexpressiva. Ademais, o crime foi praticado em concurso de agentes e durante o repouso noturno, o que revela maior reprovabilidade da conduta. Dessa forma, não se verifica a presença dos vetores eleitos pela jurisprudência para que seja reconhecida a atipicidade material da conduta, o que torna inviável a aplicação do princípio da insignificância, conforme pleiteado na impetração.

[...]

5. Habeas corpus não conhecido. (HC n. 435.090/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 17/4/2018, DJe 27/4/2018)

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, por qualquer prisma que se analise a questão, não constato nenhuma ilegalidade a ser sanada na negativa de reconhecimento do princípio da bagatela pela Corte paranaense, ao caso em apreço.

Assim, a pretensão formulada pela impetrante encontra óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, sendo manifestamente improcedente.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator